

() Graduação (X) Pós-Graduação

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VIÉS PROPOSITIVO À SUPERACÃO DA
DISPARIDADE SEXUAL NO CAMPO: uma análise entre o gênero e a sucessão da
propriedade rural potiguar**

Eulita de Souza Morais

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Ufersa
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Pós-Graduada em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesas de Direitos
(UNOPAR)**

eulita.morais@alunos.ufersa.edu.br

Benedito Ferreira da Silva Neto

**Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Ufersa
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Pós-Graduando em Gestão de Pessoas (UNP)**

benedito.neto@alunos.ufersa.edu.br

Fábio Chaves Nobre

**Doutorado em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP
Professor da Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa**

fabio.nobre@ufersa.edu.br

Elisabete Stradiotto Siqueira

**Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC
Professora da Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa**

betebop@ufersa.edu.br

Valdemar Siqueira Filho

**Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC
Professor da Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa**

dema@ufersa.edu.br

RESUMO

A Economia Solidária consiste num fenômeno internacional com forte potencial para a mudança nos contextos populacionais, ao passo que funciona como um meio de reinserção e participação dos trabalhadores nos meios de produção e, indo muito mais além do mero aspecto racional da economia, mas trazendo também questões cruciais a serem levadas a debate no status quo, como a distribuição mais justa de renda e a redução das assimetrias sociais e de gênero. Neste sentido, este estudo tem como objetivo, em fazer uma análise de correlação de Pearson entre as variáveis “gênero” e “sucessão”, e do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para responder qual é o gênero que predomina no processo de sucessão nas famílias da agricultura familiar potiguares. Participaram da pesquisa 137 agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Norte, com mais de 2 anos de atividade laborais. Os dados indicam por meio das análises estatísticas, que o gênero que tem predominado no processo de sucessão na agricultura familiar potiguar é o masculino. Como também, é adequado afirmar que existe relação entre a posse da terra e o gênero, sendo os homens os

principais representantes nesse processo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Agricultura Familiar; Sucessão; Gênero; Disparidade Sexual.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial e a expressiva substituição de grande parte dos postos de trabalho pelas máquinas, no século XX, de acordo com Oliveira (2008), o mundo passou a vivenciar uma enorme precarização das relações e das estruturas de trabalho. Essa mudança foi mais substancialmente traduzida no desemprego em massa, na exploração e no aumento das assimetrias sociais, sobretudo no tocante ao gênero, pois as mulheres eram as menos qualificadas (OLIVEIRA, 2008).

Coelho (2006), Sarti (2007) e Costa (2010) esclarecem sobre o padrão comportamental da mulher durante o século XX, mostrando que, nas configurações familiares pós-Revolução Industrial, a figura masculina era traduzida pelo homem como o chefe provedor do lar e do aporte financeiro para a unidade familiar, ao passo que a mulher era entendida como a chefe de casa e que acumulava também a função de educar as crianças.

Essa dinâmica de organização familiar começou a ser mais intensamente ressignificada quando, de acordo com Costa (2010), ainda no século XX, por volta das décadas de 1960 e 1970, as mulheres passaram a participar mais ativamente de movimentos por direitos equitativos em relação aos homens e, finalmente, na década de 1990, quando começou, de fato, uma redefinição do comportamento e dos papéis das mulheres e dos homens na sociedade (COELHO, 2002; COELHO, 2006).

Não obstante, embora o primeiro inciso do artigo 5º da Constituição Federal de 1989 corrobore essa ressignificação, ao prever que todas as pessoas, independente do gênero a qual pertençam, são iguais no tocante a direitos e deveres, a desigualdade de gênero, no entender de Guérin (2005) e Oliveira (2008), é uma realidade que persiste no *status quo*, pois embora o papel da mulher e o seu padrão de comportamento venham sendo questionados por uma filosofia mais emancipativa nas últimas décadas, a sociedade ainda engatinha nesse processo de metamorfose do mero discurso para a realidade.

Na vivência rural, essa disparidade de papéis no tocante ao gênero também é observada, pois as configurações familiares supracitadas tendem a reproduzir-se: na figura do homem, predominantemente tipificado como o trabalhador do campo; e na figura da mulher, que dedica-se mais a atividades domésticas. As mulheres que fogem dessa configuração doméstica e motivam-se à produção rural, por sua vez, enfrentam os mais corriqueiros

problemas, como a falta de crédito, a falta de *know-how* e diversos outros fatores que contribuem para a invisibilidade feminina (ABRAMOVAY, 2000).

Essa configuração supradita corrobora o discurso, defendido em estudos como o de Corazza e Breitenbach (2019), de que as mulheres têm menos oportunidades na linha de sucessão das atividades laborais rurais. Ou seja, que o trabalho no campo tem sido mais destinado aos homens e que às mulheres tem restado a manutenção da realização de atividades domésticas, divisão sexual do trabalho ancorada sob um viés patriarcalista.

Aliás, observa-se que mesmo os próprios pais tendem a direcionar essas atividades aos filhos homens, restando às mulheres tão somente as atividades domésticas ou, no melhor dos cenários, a procura pela realização de outras atividades laborais concomitantemente às atividades domésticas no campo ou na cidade, numa ampliação das atividades realizadas pelas mulheres e, portanto, numa distribuição injusta de seus afazeres (NOBRE, 2003; VALADÃO JÚNIOR, HERK E MEDEIROS, 2014).

Problematiza-se, portanto, observar, por meio dessa pesquisa, se essa realidade evidenciada por Corazza e Breitenbach (2019) tem sido observada nas atividades rurais do território norte-rio-grandense: será que, no caso potiguar, a sucessão da propriedade rural é mais destinada aos homens ou não existe essa disparidade de gênero na sucessão da agricultura familiar?

O objetivo deste estudo consiste, portanto, em fazer uma análise de correlação de Pearson entre as variáveis “gênero” e “sucessão”, e do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para responder qual é o gênero que predomina no processo de sucessão nas famílias da agricultura familiar potiguares. Para tanto, esse estudo ancora-se na literatura produzida sobre Economia Solidária como meio propositivo de superação da desigualdade de gênero no campo.

Como objetivos específicos, apresentam-se: 1) Observar se existe relação entre a posse da terra e o gênero; 2) Observar para quem a terra e as atividades relacionadas à produção serão destinadas no processo de sucessão; 3) Analisar se existe interesse das filhas em participar do processo de sucessão da agricultura familiar na visão dos respondentes.

Essa pesquisa justifica-se pela sua contribuição à discussão sobre a importância dos modelos de autogestão solidários na reparação histórica da desigualdade de gênero no mundo do trabalho, assim como elucida respostas sobre o processo de sucessão na agricultura familiar sob a ótica do gênero, auxiliando a dirimir os questionamentos que essa temática tem levantado, especialmente no contexto potiguar.

O texto foi dividido em 6 partes, sendo a) a primeira, referente à Introdução; b) a segunda, que discute sobre o conceito de Economia Solidária; c) a terceira, que discute sobre como a Economia Solidária tem se consolidado como excelente proposição na superação da desigualdade de gênero no trabalho rural; d) a quarta, apresentando os procedimentos metodológicos do estudo; e) a quinta, delineando os resultados; e f) a sexta, apresentando as considerações finais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM, CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES

No entendimento de Gaiger (2009), a Economia Solidária e o seu conceito surgiram do desdobramento de outro conceito, que abordado desde o século XIX na Europa, é reconhecido como Economia Social. A Economia Social surgiu como resposta dos operários e camponeses às precarizações das relações de trabalho no contexto mundial da Revolução Industrial (OLIVEIRA, 2008; ALVES et al, 2014).

Um dos poucos consensos que existem sobre a definição de Economia Social é que existe um dissenso sobre suas acepções. Essa pluralidade de entendimentos é explicada tendo em vista as mais variadas expressões desse fenômeno nos diversos locais do planeta, além da ausência de uma nomenclatura predominante, o que vem a apresentar várias ramificações terminológicas de um mesmo fenômeno (MORAIS; BACIC, 2009; PINHEIRO, 2013).

Montolio (2002) e Pinheiro (2013) corroboram a ideia supracitada ao afirmarem que, apesar de a Economia Social ser um tema bastante abordado na literatura acadêmica internacional desde o século XIX, sua complexidade de acepções basilares é notória. De todo modo, reconhece-se a Economia Social como um modo de oposição à racionalidade funcionalista e instrumentalista do capitalismo e de sua acumulação privada.

Já no século XX, quando o movimento operário perdeu, embora que sutilmente o seu tom mobilizante, no entender de Gaiger (2009), a Economia Social passa a apresentar seus primeiros sinais de depauperamento, ao passo em que o Estado foi se construindo como mecanismo de assistência social e o Mercado como o mecanismo de geração de riquezas que conhecemos hoje.

É nesse contexto que surge, então, a Economia Solidária, terminologia predominante na América Latina e com a qual está, conforme Pinheiro (2013, p. 246), relacionada aos aspectos e elementos constituintes da Economia Popular.

Arruda (2000) e Singer (2002) abordam essa temática da economia solidária como um contraponto ou rompimento ao modo capitalista de produção vivenciado no mundo hodierno, assim como se propusera a Economia Social da qual surgiu. Essas organizações seriam, na

visão dos autores supracitados, um meio de reinserção da parcela social excluída dos meios de produção em um novo modelo autogestionário surgido das próprias contradições ocasionadas pelo capitalismo (PINHEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2008).

Em contrapartida, França Filho (2002) aborda a economia solidária não como um modelo negacionista ou de rompimento com o modo de produção capitalista, mas como algo que consegue conviver com o aspecto funcionalista do capitalismo e, simultaneamente, trazer à sociedade uma racionalidade mais substantiva e solidária, ou seja, uma forma econômica híbrida pautada na livre associação.

Razeto (2010) chama a atenção para a maneira como a Economia Solidária lida com aspectos econômicos, trazendo a solidariedade para o plano funcionalista, tradicionalmente regido por interesses econômicos. Essa proposição supracitada corrobora a apresentada por Singer (2002, p. 10), que afirma que:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Desse modo, a Economia Solidária é um modelo de gestão que defende que o capital adquirido com aquelas atividades autogestionárias e de livre associação deve ser dividido de maneira justa entre todos os trabalhadores, sempre prezando, conforme Singer (2002) por seus fundamentos: o humanismo, a igualdade, a liberdade, a solidariedade e a racionalidade.

Leville (2012) chama a atenção para a importância dessas organizações de livre associação no altamente complexo mundo atual e para a capacidade que elas possuem para responder a questões sociais e ambientais:

As iniciativas de Economia Solidária (ES) constituem um fenômeno mundial que está hoje no centro de inúmeros debates econômicos e sociais. De fato, a crise atual, bem como as falhas do Estado e do mercado nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos levam a questionar o papel social desempenhado por tais organizações. Os estudos de desenvolvimento precisam analisar a capacidade dessas iniciativas econômicas de produzir bens e serviços e, ao mesmo tempo, responder às necessidades sociais e ambientais (LEVILLE, 2012: 747). (Tradução dos autores).

Desse modo, a Economia Solidária consiste num fenômeno internacional com forte potencial para a mudança nos contextos populacionais, ao passo que funciona como um meio

de reinserção e participação dos trabalhadores nos meios de produção e, indo muito mais além do mero aspecto racional da economia, mas trazendo também questões cruciais a serem levadas a debate no *status quo*, como a distribuição mais justa de renda e a redução das assimetrias sociais e de gênero, por exemplo.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E MULHERES: AVANÇOS E POSSIBILIDADES

Com a substituição da máquina pelo ser humano, advento que foi ocasionado pela Revolução Industrial, e o seu consequente desemprego em massa, as mulheres foram as que mais sofreram as consequências do desemprego e do subemprego, principalmente pelo fato de que eram as menos qualificadas para os postos de trabalho, não por incapacidade, mas por falta de oportunidades (OLIVEIRA, 2008).

Passados tantos anos, a desigualdade no tocante ao gênero permanece pois, conforme Teixeira (2010) a mulher encontra-se atualmente em situação inferior em relação aos homens quando se fala em presença em postos de trabalho. Na compreensão de Oliveira (2008, p.01):

Os empreendimentos de economia solidária são tidos como resposta a esse sistema que gera tanto uma desigualdade social, quanto uma desigualdade sexual no mundo do trabalho. Essas associações, além de propiciar a produção de renda, também possibilitam uma maior autonomia, autoestima e participação democrática das mulheres, que é um pré-requisito fundamental da economia solidária.

Oliveira (2008), Valadão Júnior, Herk e Medeiros (2014), Bonumá (2015) e Simon e Boeira (2017) em seus estudos evidenciaram que a Economia Solidária tem se mostrado uma alternativa vantajosa à inserção das mulheres no mundo do trabalho (GAIGER, 2007). A autonomia, a autoestima e a participação democrática e solidária têm sido trabalhadas como pilares dessas organizações, dando margem a redução das desigualdades e ao discurso de mudança de comportamento em suas próprias vivências.

Nobre (2015), por sua vez, destaca que as experiências solidárias, que são consideradas experiências alternativas de geração de renda, surgem como uma possibilidade de as mulheres requererem o que lhes cabe na propriedade dos meios de produção, por meio da propriedade coletiva, e à remuneração e, principalmente, a experiência de lidar com um modelo de gestão (autogestionário) baseado no lucro solidário, no companheirismo e na gestão democrática (NOBRE, 2015).

Hoinle, Rothfuss e Gotto (2013, p. 134), seguindo a mesma linha de raciocínio dos autores supracitados, vão além e destacam a importância de as mulheres trabalharem em

grupo para que alcancem melhores condições de negociação para os produtos advindos do modo de comercialização solidária:

Como grupo, as mulheres têm melhores condições para negociar o preço dos seus serviços e recebem mais reconhecimento por parte da sociedade. O entrelaçamento das esferas produtivas e reprodutivas tem o potencial de abolir – a longo prazo – a divisão sexual do trabalho e diminuir a desigualdade de gênero, tanto em âmbito familiar como na sociedade mesmo. (Tradução dos autores).

Desse modo, entende-se que esses espaços de comercialização solidária e associação livre possuem um rico potencial de reinserir de maneira mais justa e equilibrada as mulheres no mundo do trabalho, ao passo que lhes possibilitam mais oportunidades de ressignificarem seus papéis em suas próprias vivências cotidianas e lhe colocam, em muitos casos, como provedoras de renda do lar e como sucessoras das propriedades rurais, apesar de as tarefas de seus lares ainda acumularem-se com as tarefas das organizações solidárias de maneira injusta e sobrecarregada (NOBRE 2003; VALADÃO JÚNIOR, HERK E MEDEIROS, 2014).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere a sua abordagem, o presente estudo caracteriza-se como quantitativo. Para tanto, a pesquisa é de caráter descritivo. No entender de Creswell (2010, p. 296), “a pesquisa possui um enfoque descritivo quando se relata o comportamento de uma determinada variável da amostra, utilizando instrumentos estatísticos para analisar as variáveis”.

A pesquisa de campo foi realizada para obter informações sobre uma determinada população, aqui entendida como os sujeitos vinculados à agricultura familiar do Rio Grande do Norte. De acordo com Andrade (2001), a pesquisa de campo baseia-se nos fatos que refletem as decisões cotidianas dos pesquisados, sendo diretamente coletados no local dos fenômenos estudados. Participaram da presente pesquisa 137 sujeitos do território potiguar.

As assertivas do formulário foram produzidas considerando o constructo que busca estabelecer nexos entre a agricultura familiar e a gestão voltada para a dimensão social, sendo embasado por De Mello et. al, (2003), que evidencia que, as questões relacionadas à sucessão não parecem objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição sobre quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores, bem como do viés de gênero que parece excluir as filhas da possibilidade de serem sucessoras.

Senso assim, as assertivas foram organizadas em uma escala Likert, variando de 1 a 5, sendo atribuído 1 para “discordo totalmente” e 5 para “concordo totalmente”. As assertivas foram as seguintes:

1. A propriedade rural será herança para meus filhos homens.
2. As filhas mulheres não se interessam em ficar na propriedade, preferem procurar empregos na cidade.
3. Meus filhos estão estudando para poderem ter uma profissão que possibilite que eles saiam do meio rural.
4. Os estudos dos meus filhos melhorarão a propriedade rural.

Para a análise dos dados quantitativos, foi utilizado o software IBM SPSS Statistics®, na versão 24.0. Na primeira fase, se procurou analisar o perfil dos agricultores, através do número de respondentes em gráfico no Excel. Na segunda fase, foram analisadas as questões que envolvem o constructo de sucessão relacionado ao gênero dos respondentes, sendo assim, para tal análises, utilizou-se o teste de correlação de Pearson, com o objetivo de analisar e comparar as médias obtidas entre os grupos, bem como medir o grau da correlação entre as variáveis de escala métrica existentes neste estudo, e o teste de Kruskal-Wallis, no qual busca investigar a existência de diferenças observadas entre mais de dois grupos de dados em simultâneo.

4.1 População e local de estudo e abordagem

Participaram da pesquisa 137 agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Norte, com mais de 2 anos de atividade laborais. O conceito utilizado para caracterizar os agricultores foi aquele proposto pela FAO/INCRA (1994, p. 04):

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A abordagem dos sujeitos supraditos foi feita através de levantamento realizado das comunidades (assentamentos) que possuíam o perfil da população alvo, sendo delimitados os locais onde o questionário fora aplicado. As dificuldades encontradas mediante a aplicação do questionário foram: a desconfiança dos sujeitos em responder o questionário narrado, a não

Comentado [FN1]: Foi usado a correlação de Rho de Spearman devido os dados rejeitarem a hipótese de distribuição normal.

interpretação de algumas questões, principalmente as que estavam invertidas, ficando assim muitos questionários com respostas vazias.

Para Hair et al. (2019), a falta de dados costuma ser um problema nas ciências sociais, quando os dados são obtidos através de pesquisas, que é o caso da medição por meio de escalas. Existem vários procedimentos ao enfrentar o problema de falta de dados: como os métodos listwise e pairwise, que são métodos utilizados para manipular dados ausentes. Nessas abordagens, um registro inteiro é excluído da análise se algum valor único estiver ausente. Ou seja, a eliminação de variáveis ou a substituição pelo valor médio das respostas das mesmas.

Ainda segundo Hair et al. (2019), a média da amostra é controversa e deve ser evitada, pois reduz a variabilidade nos dados. Na maioria dos casos, é melhor se possível usar algum método para estimar uma resposta precisa para os dados ausentes ou codificá-los como ausentes para que possam ser considerados na análise.

Nesse sentido, devido ao tamanho suficiente da amostra, a solução viável adotada foi a não inclusão dos sujeitos com respostas ausentes na planilha com as afirmações de análises. Conforme Hair et al. (2019), portanto, evitou-se a substituição de dados ausentes, pois esse procedimento diminui a variabilidade dos dados e reduz a possibilidade de encontrar relacionamentos entre eles.

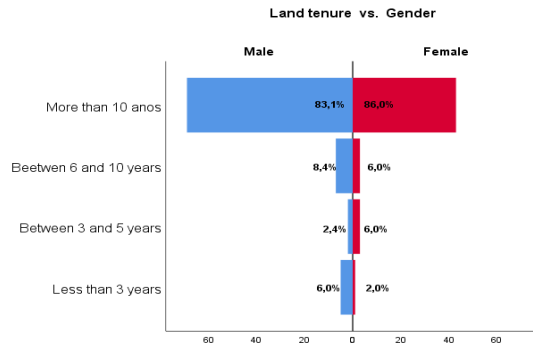
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 O perfil de gênero, a posse e aquisição da propriedade e suas inter-relações

A maioria dos agricultores entrevistados é do sexo masculino, correspondendo a um percentual de 62,4% da amostra de 137 agricultores (as). No que concerne às mulheres, 37,6% corresponde ao total de respondentes. Aprioristicamente, o número maior de agricultores respondentes já elucida a presença massiva do gênero masculino à frente das propriedades rurais no território potiguar.

O gráfico 1 mostra o relacionamento entre a posse da terra e o gênero. Visivelmente, por meio do gráfico, é perceptível compreender que os homens têm maior abrangência no que concerne à posse da terra e que essa é uma relação que se perpetua também no tempo, com exceção da categoria “entre 3 e 5 anos”, em que as mulheres possuem maior posse. A maioria dos agricultores e agricultoras respondentes está com a posse da terra, no entanto, há mais de 10 anos. Mais precisamente, 92 agricultores (dos 137) estão com a posse da terra há mais de uma década.

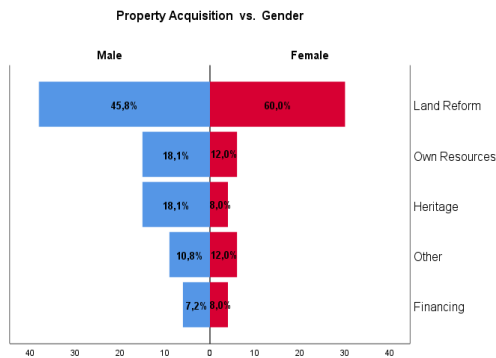
Gráfico 1 – Relacionamento entre a posse da terra de agricultores potiguaros e o gênero



Fonte de Dados: Questionário de Pesquisa – Gestão e Cultura (2019)

No que se refere à aquisição da propriedade, ou seja, de que maneira essa propriedade foi angariada, em 40,14% se expressou o resultado de que foi por meio da reforma agrária. Outros cenários foram testados, como por “recursos próprios”, “herança”, “outros” ou por “financiamentos” e, em todos eles, o gênero masculino também predomina, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Relacionamento entre a forma de aquisição da propriedade de agricultores potiguaros e o gênero



Fonte de Dados: Questionário de Pesquisa – Gestão e Cultura (2019).

Assim, verifica-se que, dispostos os dados supracitados, no que se refere ao perfil de gênero, à posse da terra e a sua forma de aquisição, a maior parte dos agricultores entrevistados está há mais de 10 anos na terra, adquirida predominantemente por meio da reforma agrária e com um padrão prevalecente de homens a frente dessas atividades.

5.2 O processo de sucessão da terra na experiência da agricultura familiar potiguar no que concerne ao gênero

A Tabela 1 de indicadores estatísticos apresenta as estatísticas do constructo de sucessão da propriedade, tendo como pano de fundo o viés do gênero. Na diagonal principal, estão à média e o desvio padrão, enquanto que nas demais células se apresentam as correlações entre os indicadores do constructo. A análise da correlação apresentou uma correlação fraca e positiva e com baixa significância. No entender de Larson e Ron (2015), para que um coeficiente de correlação seja significativo, seu valor absoluto (em geral) deve estar próximo de 1,

Tabela 1 – Assertivas e indicadores estatísticos

ASSERTIVAS	Q1	Q2	Q3	Q4
1 - A propriedade rural será herança para meus filhos homens	3,46 (1,803)			
2 - As filhas mulheres não se interessam em ficar na propriedade, preferem procurar empregos na cidade	0,200*	2,56 (1,831)		
3 - Meus filhos estão estudando para poderem ter uma profissão que possibilite que eles saiam do meio rural	0,090	0,301**	2,98 (1,708)	
4 - O estudo dos meus filhos irá melhorar a propriedade rural	0,27	0,66	0,301**	2,60 (1,754)

*Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Data Source: Management and Culture Questionnaire, 2019 - IBM SPSS Statistics 24.0 ©.

Analisando as assertivas em particular, pode-se observar que a Q1 (questão 1) apresenta a maior média (3,46) e (0,448) dos indicadores estatísticos, confirmando que, segundo os respondentes da pesquisa, a propriedade rural será herança para os filhos homens, excluindo dessa decisão e dessa posição estratégica nas propriedades rurais as filhas.

Na assertiva Q2 (2,56) e (0,291), observa-se que a grande maioria dos respondentes afirma que as filhas também não se interessam em permanecer no meio rural. Contudo, é preciso se questionar o que pode estar causando esse desinteresse de participação feminina nessas atividades rurais, pois de acordo com estudos como os de Gomes *et al* (2011), as próprias experiências de economia solidária, por exemplo, tem sido bastante lideradas por mulheres e têm também retratado os seus interesses nessas práticas laborais do campo.

No que se refere às assertivas Q3 (2,98) e (0,177) e Q4 (2,60) e (0,007), que estão relacionadas ao estudo dos filhos homens, a assertiva Q3 resulta que os filhos homens estudam para poderem ter uma profissão fora do meio rural e a Q4, por sua vez, afirma que, daqueles que tem interesse em continuar na condução das atividades agricultoras, estudam com o intuito de melhorar a propriedade rural.

Pode-se observar nas assertivas Q1, Q3 e Q4, que todas as médias dos indicadores são maiores que 2,60. Sendo assim, as análises indicam o entendimento de que na linha de sucessão praticada entre os agricultores familiares potiguares, há a predominância dos filhos homens - E que as filhas mulheres têm sido excluídas do processo de sucessão, corroborando, assim, Mello *et. al.* (2013), que têm evidenciado essa realidade.

A Tabela 2 apresenta à análise do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, foi observado que as médias apresentaram valores diferentes, confirmando que as amostras não são originadas de populações com médias iguais. Para Bruni (2012), se o sig, for menor que 0,05 se aceita o fato de existir pelo menos um par de médias populacionais diferentes.

Tabela 2: Teste de Kruskal Wallis

ASSERTIVAS	GÊNERO	N	MÉDIAS QUI-QUADRADO	SIG	
1 - A propriedade rural será herança para meus filhos homens	Masculino	83	68,81	0,576	0,448
	Feminino	50	63,99		
	Total	133			
2 - As filhas mulheres não se interessam em ficar na propriedade preferem procurar empregos na cidade	Masculino	83	69,55	1,113	0,291
	Feminino	50	62,77		
	Total	133			
3 - Meus filhos estão estudando para poderem ter uma profissão que possibilite que eles saiam do meio rural	Masculino	83	70,39	1,826	0,177
	Feminino	50	61,38		
	Total	133			
4 - O estudo dos meus filhos vai melhorar a propriedade rural	Masculino	83	73,63	7,152	0,007
	Feminino	50	56,00		
	Total	133			

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Observa-se que os valores das médias das assertivas 1, 2 e 3 são aproximados, para os dois gêneros da pesquisa, o que indica que este conjunto de dados possui uma distribuição igualitária. Apenas a assertiva 4 (73,63), apresentou a maior média para os respondentes do gênero masculino, o que nos leva a entender que a figura masculina da unidade familiar espera que seus filhos homens possam estudar para melhorar a produtividade rural ao qual o grupo família está inserido. Sendo esse o gênero que predomina no processo de sucessão nas famílias da agricultura familiar potiguares

5.3 A Economia Solidária como meio propositivo viável para a superação da exclusão das mulheres no processo de sucessão da agricultura familiar

Conforme supradito na seção 3, um dos processos que tem contribuído para a redefinição dos papéis no tocante ao gênero no campo é a Economia Solidária (ES), que, de acordo com Lima (2006), teve sua gênese após a revolução industrial, em resposta aos problemas que perpassam o mundo do trabalho e funcionando como meio de reinserção social das vítimas do desemprego e do subemprego, sobretudo as mulheres. A ES corresponde a uma realidade autogestionária do terceiro setor em que os associados juntam-se para produzir, comercializar e gerar renda. Nele, todos possuem a mesma parcela do capital (OLIVEIRA, 2008).

Estudos como os de Oliveira (2008), Valadão Júnior, Herk e Medeiros (2014), Bonumá (2015) e Simon e Boeira (2017) tem evidenciado como esses empreendimentos do terceiro setor tem se mostrado uma alternativa poderosa e profícua à inserção das mulheres no mundo do trabalho, que são, na maioria das vezes, as primeiras a sentir as consequências do desemprego, da desigualdade e do subemprego supraditos (GAIGER, 2007). A autonomia, a autoestima e a participação democrática e solidária têm sido trabalhadas como pilares dessas organizações, dando margem a redução das desigualdades e ao discurso de mudança de comportamento feminino em suas próprias vivências.

Gomes *et al.* (2011) conseguiram demonstrar, em uma pesquisa realizada com 288 organizações brasileiras do terceiro setor, que o padrão de liderança predominante é o feminino e que maior parte dos cargos de autoridade são ocupados por mulheres. Ou seja, as mulheres têm ocupado ativamente esses espaços de atuação no terceiro setor. Ante o resultado do presente estudo, que delinea que mais homens estão à frente das propriedades, por exemplo, a participação das mulheres em experiências de comercialização solidária parece oportuna para mudar essa realidade.

Estudos como os realizados por Valadão Júnior, Herk e Medeiros (2014, p. 336) em duas organizações lideradas também por mulheres, mostram que:

[...] as organizações de economia solidária podem contribuir sobremaneira para atividades em âmbito coletivo, sendo dois fatores considerados mais evidentes em iniciativas comunitárias pesquisadas: (1) nesses espaços é possível conciliar responsabilidades domésticas, como o cuidado com os filhos, com a conquista de independência financeira; (2) o fato de apresentarem características próprias do gênero feminino (união, sensibilidade, cooperação, intuição), vai ao encontro das finalidades de organizações de cunho coletivo.

Ou seja, em face da reconhecida importância da Economia Solidária na superação dos problemas ocasionados pela desigualdade de gênero no campo, conforme Dantas (2005), Castro (2014) e Santos (2017), a destaque para o processo de sucessão e desinteresse das mulheres (na visão dos respondentes do presente estudo), a ES configura-se como um excelente viés propositivo de superação dessas assimetrias.

A participação dessas mulheres em experiências de comercialização solidária potiguares, como exemplar a Rede de Comercialização Solidária Xique-Xique, que surgiu genuinamente da articulação de mulheres potiguares, pode ser uma excelente saída para vencer os grilhões da disparidade de gênero no processo de sucessão e no combate ao desinteresse feminino em atividades no campo demonstrado nesse estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente estudo conseguiu atingir o seu objetivo geral de demonstrar, por meio das análises estatísticas, que o gênero que tem predominado no processo de sucessão na agricultura familiar potiguar é o masculino. Também é adequado afirmar que existe relação entre a posse da terra e o gênero, sendo os homens os principais representantes nesse processo.

De acordo com o estudo, também foi possível concluir que a terra e as atividades relacionadas à produção serão, na visão dos respondentes, destinadas aos filhos homens, o que denota um viés patriarcalista presente nos perfis culturais e comportamentais a que são submetidas às mulheres – no que se refere aos seus campos de atuação e às suas atividades historicamente e injustamente predestinadas. O estudo demonstrou ainda que existe, na visão dos respondentes, um notável desinteresse das filhas em participar do processo de sucessão de gestão da propriedade agrícola.

Um meio propositivo para superar essas dificuldades no processo de sucessão e de desinteresse, na visão dos autores da presente pesquisa, pode ser a participação das mulheres em experiências de Economia Solidária, haja vista que tem sido evidenciado o discurso em estudos sobre a ES, conforme Gaiger (2007), que essas experiências têm funcionado como um modelo de superação das contradições ocasionadas pelo capitalismo, dentre as quais a disparidade de gênero no mundo do trabalho.

Novos estudos podem investigar o que tem causado esse desinteresse das filhas em conduzir o processo de sucessão da propriedade, por exemplo, analisando as hipóteses de influência dos pais no tocante aos seus papéis enquanto mulher – Ou ainda se é uma questão

puramente externa à discussão sobre gênero (quando as mulheres querem e preferem trabalhar em atividades urbanas, por exemplo).

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

ALVES, Juliano Nunes et al. A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2016, vol.14, n.2, pp.243-257. ISSN 1679-3951.

ARRUDA, M. **Um novo humanismo para uma nova economia**. In: KRAYCHEQUE, G. Economia dos setores populares. Petrópolis: Vozes, 2000, p.199-223.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. Porto Alegre, UFRGS, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUNI, A. L. **SPSS: guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012.

CANÇADO, Airton Cardoso; VILLELA, Lamounier Erthal; SAUSEN, Jorge Oneide. **GESTÃO SOCIAL E GESTÃO ESTRATÉGICA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES DE CONCEITOS**. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 10, n. 3, 2016.

CAPORAL, F.R., J.A. COSTABEBER. 2001. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 36pp.

CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahia Agrícola (Brasil)**. (Nov., v. 4, n. 1, p. 27-32, 2000).

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva:: a experiência da rede xique-xique**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COELHO, Sônia Vieira. **Abordagens psicossociais da família**. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos**. 2º edição. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006. p. 143 – 233.

COELHO, Virginia Paes. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida**. Revista Social & Sociedade, nº 71, ano XXIII, setembro 2002, p. 63-79.

COSTA, Irla Henrique. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade**. 2010. 16 f. TCCP (Pós-graduação em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial) - Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Governador Valadares, MG, 2010 Disponível em :
<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p. Cap. 1.

DE MELLO, Márcio Antônio et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric. São Paulo**, v. 50, p. 11-24, 2003.

FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 09-19, 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante das desigualdades**. Revista Dados, n. 3, v. 50, 2007.

GOMES, Giancarlo *et al.* Gênero e Estilo de Gestão: Um Estudo em Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. , p. 1-17, 27 jul. 2011.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAIR, Joseph F., L.D.S, Marcelo, SILVA, Gabriel Dirceu da, JUNIOR, Sergio Braga: Development and validation of attitudes measurement scales: fundamental and practical aspects. **RAUSP Manag. J.** Vol. 54 No. 4, 2019 pp. 490-507 Emerald Publishing Limited 2531-0488 DOI 10.1108/RAUSP-05-2019-0098.

Hoinle, B., Rothfuss, R., & Gotto, D. (2013). Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 10 (72), 117-139.

LAVILLE, Jean-Louis. The Solidarity Economy: an international movement*. **Rccs Annual Review**, [S.L.], n. 2, p. 1-41, 1 out. 2010. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccsar.202>.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho informal, autogestionário e gênero**. Sociedade e Cultura, Goiania, v. 9, n. 2, p.303- 310, 2006.

MACHADO, J.A.D. 1999. **Análisis del Sistema Información-Decision en Agricultores de Regadio del Valle Medio del Guadalquivir**. Córdoba/España: ETSIAM. Tesis Doctoral, 307 pp.

MELO, V. L. F. **Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga, RS.** Dissertação (Mestrado em Agronegócio) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MONTOLIO, José Maria. Economía Social: concepto, contenido y significación en España. In: **CIRIEC** – España, no. 42, noviembre, p. 5-31, 2002.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. In: **Revista Alcance – Eletrônica**, vol.16, n.3, p.339-357, set. – dez., 2009.

NOBRE, M. **Mulheres na economia solidária.** In: CATTANI, A. David (Org.). A outra economia. Ed. Veraz, 2003.

OLIVEIRA, J. P. de. (2008). **Mulheres na economia solidária:** possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Sociedade E Cultura*, 11(2).
<https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5290>

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economía Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. **Nau Social**, América do Norte, p. 1-19, 03 nov. 2013.

RAZETO, L. Lecciones de Economía Solidaria. Realidad, Teoría y Proyecto. Ediciones UVIRTUAL.NET, Santiago 2010.

SANTOS, Carine de Jesus. **Entrelaçando redes e tramas: a importância das práticas educativas na participação social e política das mulheres.** 2017. 132f. Dissertação (Mestrado e Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.**

São Paulo: Cortez, 2007, 152 p.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SIMON, Vanêssa; BOEIRA, Sergio. **Economia social e solidária e empoderamento feminino.** Ciências Sociais Unisinos 53(3): 532-542 setembro/dezembro 2017. Unisinos-[doi: 10.4013/csu.2017.53.3.13](https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.3.13).

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALADÃO JÚNIOR, V. M.; VAN HERK, A. C.; MEDEIROS, C. R. de O. **Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor em Uberlândia/MG.** Gestão & Planejamento, Salvador, v. 15, n. 2, p. 321-340, maio/ago. 2014.